



APONTA EMPRESÁRIO CELSO CUAMBE:

Crise de divisas,
sobretaxas e atrasos
do Estado asfixiam
PMEs em Moçambique

PÁGINA 2 & 3

ANUNCIE A SUA MARCA CONNOSCO
CONTACTE A DIRECÇÃO COMERCIAL
+258 84 983 3332

Crise de divisas, sobretaxas e atrasos do Estado asfixiam PMEs em Moçambique

Vice-presidente da APME, Celso Quamb, alerta para o fecho massivo de empresas e o recurso forçado ao mercado informal, defendendo o protecção industrial e regras claras para o novo Banco de Desenvolvimento.

POR: HCN

A combinação de uma severa escassez de divisas no sector bancário, custos alfandegários sufocantes e atrasos do Estado no pagamento de contratos que atingem até dois anos está a colocar as micro, pequenas e médias empresas (PMEs) moçambicanas à beira do colapso. O alerta parte de Celso Daniel Cuambe, vice-presidente do pelouro da Associação de Pequenas e Médias Empresas (APME) no segmento de transporte e logística, que adverte para a migração forçada do tecido empresarial para o sector informal.

Em entrevista exclusiva, o dirigente empresarial de 36 anos, que acumula o cargo de director de operações na empresa Angomopo na área de importação e logística, traçou um raio-x preocupante sobre as barreiras que impedem o crescimento da indústria e a participação nacional nos grandes projectos de desenvolvimento.

A dupla asfixia: Falta de moeda estrangeira e sobretaxas alfandegárias

Segundo a liderança da APME, o estrangulamento do sector industrial começa no processo de aquisição de matérias-primas no estrangeiro. Além da elevada carga tributária e dos incoterms pesados, a ausência de liquidez em moeda estrangeira na banca comercial tornou-se o obstáculo mais crítico.

“Fora este gap, que são as taxas altas de importação ou os incoterms altos naquilo que é a importação de matéria-prima para o sector da indústria, temos também a questão que é mais grave, que é a crise de divisas. Até podemos ter esta coisa das taxas, incorreremos as ta-



xas, mas já não podemos importar porque os bancos comerciais não têm divisa para suprir aquilo que é o pagamento dos termos de importação. Então isso faz com que muitas empresas fechem ou que não consigam cumprir aquilo que são os seus compromissos”, denunciou Celso Cuambe.

Esta incapacidade de resposta do sistema bancário formal está a empurrar os agentes económicos para circuitos de alto risco. “A falta dessas mesmas divisas no setor formal comercial da banca faz com que a gente entre naquilo que é contrabando de divisa, recorra àquilo que é o setor informal”, acrescentou, salientando o peso do que classifica como “taxas e taxinhas” ou sobretaxas no processo importador.

Lei do Conteúdo Local e o muro do crédito bancário

Apesar da aprovação da Lei do Conteúdo Local, desenhada para abrir espaço às empresas moçambicanas na cadeia de valor do petróleo e gás, a realidade operacional das PMEs permanece distante das oportunidades dos mega-projectos. A barreira principal reside na

inacessibilidade do financiamento para cobrir as garantias e ordens de execução dos concursos.

O vice-presidente da APME explica que, mesmo quando uma PME vence uma licitação, esbarra na falta de capital de exploração. Ao recorrer à banca comercial, defronta-se com taxas de juro incomportáveis e prazos de desembolso excessivamente longos.

“Isso faz com que muitas empresas desistam, ou façam negócios mal parados ou vão buscar negócio à banca, mas a banca também demora a dar o valor e acaba estando numa situação de dívida. Então isso é muito mau, é penoso, faz com que muitas empresas morram no processo da procura de oportunidades”, detalhou.





Estado devedor: Atrasos na construção chegam aos dois anos

O cenário de sufocação financeira é agravado pela conduta do próprio Estado em projectos de empreitada pública. As PMEs que prestam serviços a instituições estatais enfrentam atrasos crónicos de liquidação que colocam em risco a sua sobrevivência financeira.

“O grande problema dos projetos estatais é que são projetos em que a PME concorre, mas para ter aquilo que é o pagamento dos serviços feitos demora muito tempo e grande parte das vezes, pior no que é o setor de construção, costuma demorar 1 ano, 2 anos, 1 ano e meio e imagina se esse empresário foi buscar o dinheiro na banca, é um colapso”, alertou o responsável.

Diante desse risco, Celso Cuambe sublinha que as empresas precisam de reforçar a sua capacidade institucional antes de assumirem empreitadas públicas.

Contexto e Antecedentes: A armadilha da exportação bruta

A dependência externa de Moçambique assenta num modelo em que o país exporta re-

ursos em estado bruto e reimporta produtos acabados. Celso Cuambe exemplifica com a cadeia industrial, onde matérias-primas locais são enviadas para países como a China, onde são processadas e finalizadas, regressando posteriormente ao mercado moçambicano

a preços inflacionados.

Para quebrar este ciclo de vulnerabilidade, a APME defende uma mudança estrutural de paradigma, focada na produção local e no reforço tecnológico.

O caminho da industrialização e o proteccionismo económico

Como via de saída para a crise, Celso Quamb defende um plano de industrialização concertado a médio e longo prazo entre o Governo e o sector privado. Entre as propostas apresentadas, destaca-se a adopção de uma política proteccionista temporária.

“Um dos modelos que os grandes economistas já veem é uma política protecionista. O que é protecionista? É limitar aquilo que é a importação e investir naquilo que é no ramo moçambicano. Então é um processo muito longo, mas que é desafiante e também temos a questão da certificação das empresas que é para poderem concorrer para aquilo que é a indústria do gás ou a grande indústria em Moçambique”, sustentou.

Expectativas para o Banco de Desenvolvimento e a responsabilidade empresarial

A recente promessa presidencial de criação de um Banco de Desenvolvimento é vista com reserva optimista. O dirigente adverte que a instituição só trará alívio efectivo se não se transformar em “mais um fundo” sem impacto prático.

“É preciso definir termos e condições muito claras, termos e condições viáveis, termos e condições aplicáveis, termos e condições mensuráveis e termos e condições adaptados àquilo que é a realidade da PME”, defendeu, sugerindo a inclusão de seguradoras e modelos flexíveis de amortização.

Num exercício de autocritica sobre o sector privado, Celso Quamb ressaltou que as exigências de melhoria não devem recair apenas sobre as autoridades públicas e o sistema financeiro.

“Não podemos só olhar para o lado do governo, o lado dos bancos. É preciso também que esse mesmo empresário seja sério, seja honesto, tenha um cadastro limpo e seja alguém que realmente quer trabalhar, porque caso contrário... também temos casos de empresários que não são sérios e que sujam aquilo que é o setor”, rematou.

Impacto e Próximos Passos

A manutenção do actual quadro de escassez de divisas e mora contratual ameaça acelerar a desindustrialização do país e o encerramento de postos de trabalho formais. O sector privado aguarda agora que o Governo abra mesas de concertação para desenhar o plano estratégico de industrialização e definir os termos operacionais do futuro Banco de Desenvolvimento, garantindo que as garantias de crédito fiquem adaptadas à capacidade real das PMEs nacionais.



Escassez de pescado e crise climática forçam sector piscatório de Sofala a virar-se para a aquacultura

Natália Orlando alerta para a imprevisibilidade das marés na Baía do Índico e para o aumento dos combustíveis, anunciando a aposta na piscicultura e a expansão de mercados da União Europeia para a China.



POR: HCN



A combinação imprevisível das alterações climáticas, o encarecimento dos combustíveis e a progressiva redução dos recursos marinhos na Baía do Índico estão a colocar em sério risco a sustentabilidade da pesca extractiva na província de Sofala. Perante o cenário de escassez e a ameaça de um défice futuro de proteína animal, os operadores do sector estão a reorientar os seus investimentos estratégicos para a aquacultura e a piscicultura, ao mesmo tempo que procuram expandir a sua carteira de exportações para o mercado chinês.

O diagnóstico sobre o momento do sector foi apresentado na Feira Internacional de Maputo (FACIM) por Natália Orlando, representante da empresa PRA-PESCA, sediada na cidade da Beira. A gestora sublinhou a importância fulcral da actividade para a economia nacional, mas não escondeu as dificuldades crescentes enfrentadas no mar.

“A prática da pesca em Moçambique... deixa-me dizer que é uma das áreas mais importantes que temos no mundo e em Moçambique não é excepção. Não tem sido fácil porque temos tido muitas com as dife-

renças climáticas, mudanças climáticas, não tem tido, não tem sido fácil a área da pesca, mas vamos andando aos pouquinhos”, declarou Natália Orlando.

A RUPTURA DA PREVISIBILIDADE METEOROLÓGICA E O PESO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

O principal obstáculo apontado pelos operadores da região centro do país reside na impossibilidade de planejar as saídas para o mar com a segurança de outrora. A perda de padrões climáticos regulares, aliada à subida dos custos dos factores de produção — com destaque para os combustíveis —, está a sufo-car as operações piscatórias.

“Um dos maiores desafios, como disse, são as mudanças climáticas. É difícil prever quando é que há mau tempo, quando é que há bom tempo. Há uns 15 anos atrás, nós conseguíamos prever: hoje há bom tempo, a maré está boa para ir à pesca, hoje não. E depois temos a subi-

da de combustíveis, agora temos os escassos recursos que o mar está a apresentar”, explicou a entrevistada.

SOFALA: A RIQUEZA MARINHA DA BAÍA DO ÍNDICO SOB AMEAÇA AMBIENTAL

A província de Sofala é historicamente reconhecida como o principal centro de captura e processamento de mariscos do país. A diversidade e a qualidade do pescado da Baía do Índico constituem a base de sustentação de empresas semi-industriais e de milhares de famílias que dependem da pesca artesanal.

“Nós estamos na Baía do Índico, então aí é a província de Sofala, que é a província onde há mais pescado: camarão, lula, polvo, todo o tipo de mariscos, caranguejo, que é dos mariscos melhores do país. Então essa Baía está a enfrentar muitos, muitos problemas de mudanças climáticas”, alertou Natália Orlando.

Para fazer face a esta realidade, a estrutura operacional na Beira assenta num modelo misto que articula frotas de média dimensão com a produção comunitária.

“Nós temos embarcações semi-industriais e artesanais também, trabalhamos com muitos pescadores artesanais”, detalhou.

MERCADOS INTERNACIONAIS: DA CONSOLIDAÇÃO EUROPEIA À CONQUISTA DA CHINA

Apesar das pressões ambientais e operacionais, a comercialização dos produtos piscatórios de Sofala mantém uma presença sólida tanto no mercado interno como nas trocas internacionais. A União Europeia figura como o principal destino externo consolidado, estando em curso acções para penetrar no mercado asiático.

“Nós comercializamos a nível nacional e também exportamos para a União Europeia. Já temos clientes fixos, estamos à procura de outros clientes e agora o nosso foco é para a China, para o país e continente asiático”, revelou a representante empresarial.

A VIRAGEM PARA A AQUACULTURA E O COMBATE À ESCASSEZ DE PROTEÍNA

Frente à perda contínua de rendimento da pesca extractiva e antecipando uma crise alimentar global de grandes proporções, a estratégia do sector passa pela transição do mar para a terra, através do cultivo controlado de peixe e marisco.

“Nós agora, com a falta de produto no mar, o nosso foco agora está virado para a aquacultura e a piscicultura. Porque daqui a uns anos vamos ter muita falta de proteína animal e estamos a tentar agora virar para a piscicultura e aquacultura”, fundamentou Natália Orlando no recinto da FACIM.

CONTEXTO, ANTECEDENTES E IMPACTO SOCIAL

A crise que afecta a Baía do Índico reflecte um problema global com impacto directo na economia local de Moçambique. Há sensivelmente década e meia, a previsibilidade das marés e a abundância de biomassa marinha permitiam rendimentos regulares às frotas semi-industriais e aos pescadores artesanais. A degradação das condições atmosféricas e o aumento dos custos do gásóleo reduziram a margem de rentabilidade das embarcações, ameaçando o sustento de comunidades inteiras que dependem da captura do camarão, caranguejo e polvo em Sofala.

A escassez de produto no mar não afecta apenas a balança comercial e as exportações, mas ameaça também a segurança alimentar nacional. A transição para a aquacultura surge, assim, como uma solução de sobrevivência industrial e social, visando criar uma fonte alternativa e sustentável de proteína animal para o mercado interno e externo.

Os próximos anos serão decisivos para a concretização da reconversão do sector piscatório em Sofala. A consolidação dos projectos de piscicultura e aquacultura exigirá investimentos em tecnologia e capacitação das comunidades artesanais, para firmar contratos definitivos com compradores do continente asiático e da China. A capacidade de produzir proteína em cativeiro ditará se Sofala continuará a ser o motor da indústria de mariscos em Moçambique no novo cenário climático mundial.



Subida do ISPC para 15% empurra empresas para a informalidade e ameaça independência económica

Presidente da APME, Pedro Silva, adverte que nenhum país cresce sem pequenos negócios, critica a proximidade entre a taxa simplificada e o IVA, e revela a entrega de um pacote de medidas de formalização ao Chefe do Estado.



POR: HCN

A recente revisão fiscal que elevou a taxa do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC) para 15% está a agir como um travão directo à formalização de negócios em Moçambique, contradizendo os objectivos de desenvolvimento do país. O alerta foi lançado por Pedro Silva, presidente da Associação de Pequenas e Médias Empresas (APME), que considera a medida fiscal incoerente com o desafio da “independência económica” proposto pelo Presidente da República ao sector privado.

Em entrevista concedida à margem da primeira participação colectiva do sector num pavilhão exclusivamente dedicado às pequenas e médias empresas, o líder associativo defendeu uma reforma tributária assente em impostos mais baixos e no alargamento da base de contribuintes, como alternativa ao sufoco fiscal das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

A armadilha fiscal do ISPC e a opção pela informalidade

De acordo com a APME, a fixação do ISPC nos 15% reduz significativamente o atractivo da formalização financeira, uma vez que a diferença em relação ao regime normal do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) — fixado em 16% — se tornou quase imperceptível para os pequenos empreendedores.

“A acção que existiu da revisão fiscal com o ISPC passar para 15% é algo que é contraditório àquilo que queremos de formalizar empresas. Isso é quase que incentivar a em formalização, porque se eu já não aderiria, com 15% muito menos vou aderir e se me perguntarem estar no regime normal, pago 16% de IVA ou estar no ISPC, pagar 15%, era melhor estar no regime normal. Mas isso faz com que muitas empresas, salvo seja, ou muitos empreendedores, não entrem na formalidade”, denunciou Pedro Silva.

O presidente da agremiação empresarial sustenta que o Estado arrecadaria mais recursos se apostasse na quantidade de contribuintes formalizados em vez de impor alíquotas elevadas que afastam os cidadãos da contabilidade organizada. “Mais vale trabalharmos com impostos mais baixos, mas conseguirmos captar mais imposto em quantidade do que estarmos com impostos tão altos e depois termos esta resistência em trabalhar com contabilidade organizada”, fundamentou.

Independência económica exige valorização das MPMEs

Em resposta directa à narrativa de independência económica promovida pela Presidência da República, a liderança da APME sublinhou que a meta soberana é inalcançável se o tecido empresarial de menor dimensão for negligenciado pelas políticas públicas.



“Não há nenhum país no mundo que atinja a independência económica sem micro, pequenas e médias empresas. Em qualquer país do mundo,

o comércio e a economia criam emprego e criam benefícios para os países que são micro, pequenas e médias empresas. E Moçambique não pode ser diferente. Mas para tal precisamos acarinhar as mesmas, precisamos criar condições para que elas possam crescer, acesso a financiamento e reduzir possivelmente a taxa de impostos”, afirmou o dirigente.

Lei do Conteúdo Local: Posição defensiva para a agricultura e logística

Outro obstáculo estrutural identificado prende-se com as limitações da aplicação da Lei do Conteúdo Local. Embora o dispositivo legal já esteja em vigor, a APME aponta que a legislação se encontra excessivamente concentrada

na indústria extractiva de petróleo e gás, deixando à margem sectores cruciais da economia nacional.

Em vez de defender a elaboração de um novo texto legislativo, Pedro Silva propõe a aprovação urgente de regulamentações sectoriais específicas que garantam quotas de protecção às MPMEs na agricultura, mineração, energias renováveis e logística.

“A lei de conteúdo local entrou em vigor, mas deve ainda ser bastante trabalhada, porque ela está mais virada para a indústria extractiva do que propriamente para outros sectores. Eu penso que devem ser feitos regulamentos que direccionem para vários sectores, como para a agricultura, mineração, energias renováveis, logística, para que possam defender a contratação das micro, pequenas e médias empresas”, defendeu.



O responsável acrescentou que o próprio Governo deve assumir o protagonismo nas compras públicas, dando o exemplo institucional ao contratar fornecedores e prestadores de serviços locais.

O POTENCIAL ADORMECIDO DO AGRO-PROCESSAMENTO

No domínio da produção nacional, a APME destaca que Moçambique dispõe de vastas extensões de terras aráveis, mas enfrenta um défice crónico de capacidade industrial para transformar a produção primária em bens alimentares de valor acrescentado.

Para que o sector agrícola consiga massificar a oferta e atingir mercados de exportação internacionais, Pedro Silva considera indispensável a entrada de investimentos nacionais e internacionais vocacionados para o financiamento da agro-indústria. “Se existir investimentos nacionais, internacionais e financiamentos para impulsionar o seu negócio, acredito que vamos sair daqui com bastantes resultados e vamos conseguir, pelo menos na área alimentar e da agricultura, sair com um crescimento de relevância”, perspectivou.

CONTEXTO, IMPACTO E PACOTE DE MEDIDAS NA PRESIDÊNCIA

A discussão em torno da fiscalidade e do conteúdo local surge num momento em que milhares de empreendedores moçambicanos continuam a operar fora do circuito bancário e fiscal formal por incapacidade de suportar os custos de conformidade. A falta de acesso a capital próprio e a ausência de processos de certificação mantêm as empresas locais afastadas das grandes cadeias de valor e dos concursos públicos estatais.

Como resposta a este cenário, a APME revelou que já entregou um pacote completo de propostas directamente ao Chefe do Estado, na sequência de dois convites endereçados pela Presidência da República



para a elaboração de soluções de formalização desprovidas de excesso burocrático.

“A APME já foi convidada duas vezes por Sua Excelência Presidente da República para apresentarmos iniciativas que possam conduzir empresas a entrar na formalidade, a criarem as suas próprias empresas sem grande esforço. A APME entregou já um pacote de medidas que oportunamente serão partilhadas formalmente. Neste momento foram só apresentadas a Sua Excelência para análise”, revelou Pedro Silva.

O sector privado aguarda agora pela conclusão da análise do pacote de medidas por parte da Presidência da República e pela subsequente divulgação pública das reformas propostas. Ao mesmo tempo, os empresários reunidos no novo pavilhão das PMEs prometem manter a unidade institucional para pressionar pela revisão das alíquotas fiscais e pela regulamentação inclusiva da Lei do Conteúdo Local, condicionantes tidas como vitais para a sobrevivência do tecido empresarial moçambicano.

ONU aprova resolução para corrigir o mapa-múndi e dar a África a dimensão que realmente tem



POR: A. A

Iniciativa liderada pelo Togo procura corrigir a representação cartográfica do continente africano, que durante séculos apareceu visualmente menor do que é. Mudança não altera fronteiras nem aumenta o território de África, mas pode influenciar a educação, a percepção mundial e a forma como o continente é representado nos mapas.

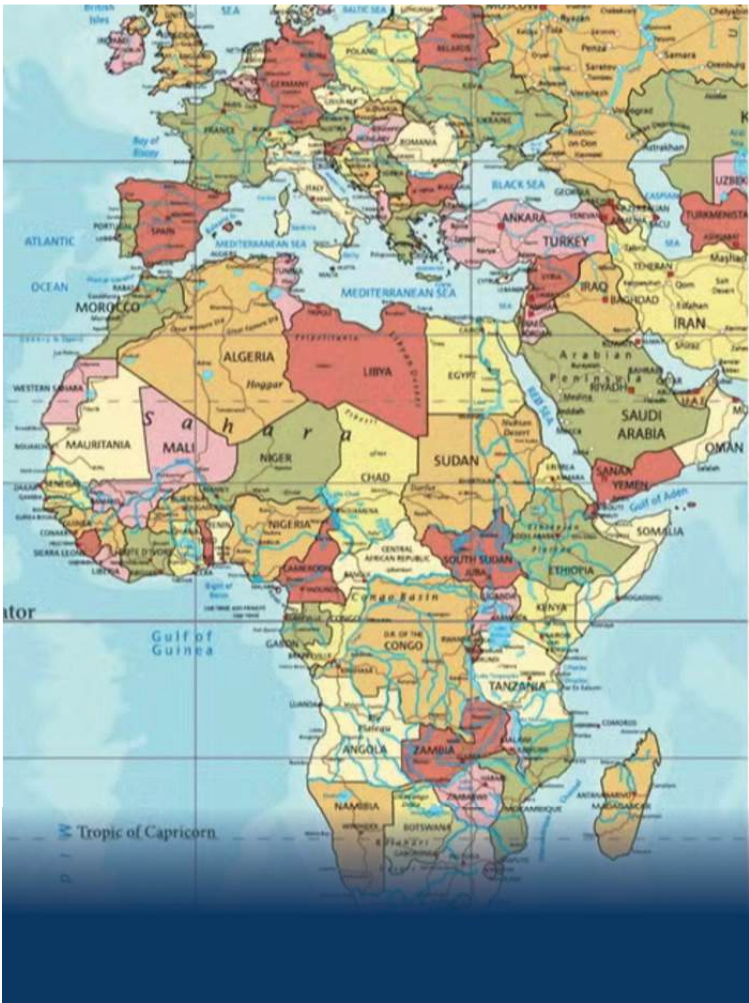
A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, a 4 de Setembro de 2026, uma resolução que incentiva a utilização de mapas-múndi capazes de representar com maior precisão o tamanho real dos continentes, com destaque para África. A iniciativa, liderada pelo Togo e apoiada pela União Africana, pretende corrigir uma distorção cartográfica que se tornou comum em escolas, meios de comunicação e plataformas digitais ao longo de vários séculos.

A resolução foi aprovada por 164 países, contra um voto dos Estados Unidos e seis abstenções. Embora não tenha força de lei, o documento recomenda que governos, instituições de ensino, organizações internacionais e empresas tecnológicas considerem mapas que apresentem as dimensões dos territórios de forma mais equilibrada.

África não ficou maior, mas passa a ser representada de outra forma

O continente africano continua a ocupar aproximadamente 30,37 milhões de quilómetros quadrados. A sua área geográfica não sofreu qualquer alteração com a decisão das Nações Unidas.

O que está em causa é a maneira como a superfície terrestre é desenhada num mapa plano. A Terra tem forma aproximadamente esférica, mas



os mapas utilizados no dia-a-dia são representações bidimensionais. Ao transformar uma esfera numa superfície plana, é impossível manter, ao mesmo tempo, todas as proporções, formas, distâncias e direcções sem distorção.

A proposta promove a utilização de projecções cartográficas que representem melhor as áreas dos continentes, incluindo a Equal Earth, conhecida em português como Terra Igual. Este modelo foi desenvolvido para conservar de forma mais fiel as proporções das áreas terrestres.

Por que razão África aparece menor nos mapas tradicionais?

A explicação está na projecção de Mercator, desenvolvida pelo cartógrafo flamengo Gerardus Mercator em 1569. O modelo foi criado para facilitar a navegação marítima, sobretudo porque permite representar determinadas direcções de forma

útil para os navegadores.

No entanto, a projecção aumenta progressivamente o tamanho aparente das regiões à medida que estas se aproximam dos pólos. Como consequência, os territórios próximos do Equador, como África, parecem menores quando comparados com regiões do Norte da Europa e da América do Norte.

Um dos exemplos mais conhecidos é a comparação entre África e a Gronelândia. Nos mapas de Mercator, os dois territórios podem parecer semelhantes em tamanho. Na realidade, África é aproximadamente 14 vezes maior do que a Gronelândia.

O mesmo problema afecta outros territórios próximos do Equador, incluindo partes da América Latina e da Ásia. Por isso, a discussão não se limita a África, embora o continente tenha assumido um papel central na campanha para corrigir o mapa.

Durante

tantos anos, por que se continuou a usar o mesmo mapa?

A projecção de Mercator foi criada no século XVI, numa época em que a navegação marítima era fundamental para o comércio, a expansão territorial e as relações entre diferentes regiões do mundo.

A sua utilidade para a navegação contribuiu para a sua ampla divulgação. Ao longo dos séculos,

o modelo passou a ser utilizado em atlas, livros escolares, mapas públicos e outros materiais de geografia. A sua presença prolongada no ensino ajudou a transformar uma representação específica da Terra numa imagem familiar para milhões de pessoas.

A expansão colonial europeia também contribuiu para a divulgação de determinadas formas de representar o mundo. O mapa não foi criado para diminuir África, mas a sua utilização em contextos

educativos e políticos acabou por reforçar uma imagem em que a Europa e outras regiões do Norte aparecem visualmente maiores do que são em relação ao continente africano.

Isso não significa que o mapa tenha sido desenhado com o objectivo de reduzir a importância dos africanos. A questão é que uma ferramenta criada para uma finalidade específica continuou a ser usada em contextos onde a proporção territorial também é importante.



O que muda para os africanos?

Educação e conhecimento geográfico

Uma das principais mudanças esperadas está nas escolas. A adoção de mapas com proporções mais próximas da realidade pode ajudar os estudantes a compreender melhor a dimensão de África e a relação territorial entre os continentes.

O Togo anunciou que pretende actualizar os seus materiais escolares até ao fim de 2026, como parte da iniciativa para promover a utilização de mapas mais equilibrados.

Para os estudan-

te, as pessoas imaginam o mundo e compreendem a importância relativa de diferentes regiões.

Ao mostrar África com a sua dimensão real, a iniciativa procura combater uma percepção histórica de que o continente ocupa um espaço reduzido no planeta. O ministro dos Negócios Estrangeiros do Togo, Robert Dussey, associou a campanha a um esforço mais amplo para enfrentar legados da época colonial.

Contudo, a mudança da representação



tes africanos, a mudança pode contribuir para uma aprendizagem mais precisa da geografia mundial. Também pode estimular o interesse pelo próprio continente, pela sua diversidade territorial e pelas relações entre os seus países.

Percepção mundial sobre África

A resolução tem igualmente uma dimensão política e cultural. Os seus promotores defendem que os mapas não servem apenas para localizar países. Eles também influenciam a maneira como as

cartográfica não significa que os países africanos passarão automaticamente a ter maior influência política ou económica. A importância internacional de África continua a depender de factores como a população, os recursos naturais, a economia, a diplomacia e a capacidade de decisão dos seus Estados.

Mapas digitais e tecnologia

A resolução também procura incentivar a adoção de representações mais precisas em plataformas digitais, serviços

de localização e outros produtos tecnológicos.

Isso poderá influenciar a forma como os mapas são apresentados em escolas, instituições públicas, meios de comunicação e aplicações digitais. No entanto, a decisão não obriga todas as empresas a abandonar imediatamente a projecção de Mercator.

O que não muda com a resolução?

A decisão das Nações Unidas não altera a geografia do planeta. África mantém a sua área, as

fronteiras dos países continuam iguais e nenhum Estado ganha ou perde território.

Também não significa que a projecção de Mercator deixará de existir. O modelo continua a ser considerado útil para a navegação marítima e aérea, devido às características que facilitaram a sua utilização desde o século XVI.

A resolução recomenda uma mudança na representação cartográfica, mas não determina um único mapa obrigatório para todos os países e instituições.

Uma questão de representação e reconhecimento

A iniciativa africana procura chamar atenção para uma questão que ultrapassa a geografia: a forma como diferentes regiões do mundo são apresentadas e compreendidas.

Durante séculos, os mapas de Mercator foram utilizados em contextos muito diversos, mesmo tendo sido concebidos para responder a necessidades específicas da navegação. A sua permanência no ensino e na comunicação contribuiu

para que a distorção das áreas se tornasse pouco conhecida pelo público.

Com a nova resolução, o Togo e a União Africana pretendem incentivar uma representação mais equilibrada, capaz de mostrar África com a dimensão que realmente tem.

Para os africanos, a principal mudança está no conhecimento e na percepção. O continente não ganhou novos quilómetros quadrados, mas poderá passar a ser visto de forma mais fiel nos mapas utilizados em diferentes partes do mundo.

BSSC Radiators estreia-se na FACIM 2026 com soluções de arrefecimento para sectores estratégicos

O presidente do Pelouro de Política Laboral da CTA, Faruk Osman, alerta para o colapso de indústrias por falta de divisas, exige a revisão da Lei do Conteúdo Local e propõe um plano quinquenal para alargar a base tributária em Moçambique.



POR REDACÇÃO HORA CERTA NEWS

A proliferação desenfreada do mercado informal, aliada a mecanismos fiscais ineficazes e à escassez prolongada de divisas na banca comercial, está a minar a autonomia financeira do Estado moçambicano e a inviabilizar o sector produtivo nacional. O diagnóstico severo é apresentado por Faruk Osman, presidente do Pelouro da Política Laboral e Segurança Social da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e líder da Federação Empresarial da Província de Maputo, que defende reformas legislativas urgentes para salvar as pequenas e médias empresas (PMEs) e restaurar a justiça fiscal no país.

Segundo o dirigente empresarial, a ausência de um ambiente regulatório e tributário favorável à produção nacional tem levado à paragem com-



pulsiva de diversas unidades produtivas por incapacidade de importação de matérias-primas e insumos básicos.

“Temos que aumentar de onde que vamos começar, vamos começar a aumentar as exportações e não podemos importar, não temos dinheiro. O governo também não tem, então tem que se encontrar um equilíbrio porque há muitas empresas que pararam por falta de matéria-prima para a actividade”, alertou Faruk Osman.

O EFEITO PERVERSO DO ISPC E A EVASÃO FISCAL TRANSVERSAL

Um dos pontos mais críticos do diag-

nóstico apresentado pela liderança da CTA reside no impacto negativo do Imposto Simplificado sobre Pequenos Contribuintes (ISPC). Concebido originalmente como uma ferramenta de atracção para a legalização de negócios, o tributo produziu o resultado inverso no tecido económico nacional.

“Nós temos o Imposto Simplificado sobre Pequenos Contribuintes que aparentemente teve um efeito contrário de fazer com que afinal, em vez de se transitar do informal para o formal, se transitou por facilidade do formal para o informal. Portanto, o Estado penso que tem que segurar este assunto com muita determinação no sentido de criar um ambiente regulatório que de certa maneira obrigue a que o mercado informal vá para o mercado formal”, sustentou Faruk Osman.

O representante da agremiação patronal enfatizou que a informalidade deixou de ser um fenómeno exclusivo do pequeno comércio de rua ou das bancadas de mercado, espalhando-se por sectores de elevado rendimento e prestação de serviços especializados.

“Essa informalidade já toca em construtores, em auditores, em advogados, um pouco por toda a gente acaba por fugir ao fisco de uma certa maneira e não estão na alçada daquilo que é o Estado. É por isso que eu disse que é uma questão muito complexa e que merece um trabalho continuado, apurado e de médio e longo prazo”, fundamentou.

LEI DO CONTEÚDO LOCAL APRISIONADA POR OLIGOPÓLIOS

No que respeita ao acesso das empresas nacionais aos grandes empreendimentos e compras públicas, a CTA aponta falhas estruturais na aplicação da Lei do Conteúdo Local. Na óptica de Faruk Osman, o instrumento legal em vigor padece de rigidez e beneficia apenas um grupo restrito de actores económicos.

“Nós fizemos uma lei, mas essa lei ainda continua a ser restritiva e está só para oligar. E devia ser uma lei que se estendesse aos concursos militares, todos eles, e também aos portos e a outro tipo de grandes empresas que não são nesses dois sectores”, denunciou.

O dirigente acrescentou que as exigências fixadas nos cadernos de encargos governamentais e corporativos ultrapassam manifestamente a escala de capacidade das PME's locais, funcionando como uma



barreira de exclusão.

CONTEXTO E ANTECEDENTES: A EROÇÃO DA AUTONOMIA ESTATAL

A dimensão do mercado informal em Moçambique, cujas estimativas citadas no debate empresarial oscilam entre 80% e 90% da actividade económica fora da malha fiscal, coloca em risco o financiamento do próprio Orçamento do Estado. Enquanto uma grande parte dos agentes económicos opera sem prestar contribuições tributárias, a procura por serviços públicos essenciais — como hospitais, escolas, redes viárias e segurança pública — continua a pressionar as contas governamentais.

Ao mesmo tempo, a dependência



sos”, defendeu o representante empresarial.

A estratégia de constituição de clusters permitiria que grupos de 5 a 10 pequenas empresas se unissem em consórcio para responder a requisições estatais de grande dimensão, superando individualmente as limitações de escala.

A concretização de um plano gradual quinquenal para a transição da informalidade para a formalidade é apontada como o único caminho sustentável para alargar a base tributária e garantir a igualdade de circunstâncias e a concorrência leal no mercado moçambicano. A CTA defende que o Governo estabeleça metas rigorosas a 5, 10, 15 e 20 anos,



externa na transformação de produtos acabados acentua a drenagem de recursos em moeda estrangeira, num ciclo em que a falta de divisas impede a industrialização e esta, por sua vez, limita a arrecadação de receita fiscal pelo Estado.

SOLUÇÕES:

CLUSTERS EMPRESARIAIS E REFORMA NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Para reverter o quadro de exclusão das PME's e assegurar o fornecimento de matérias-primas e bens ao mercado interno, a CTA propõe uma alteração profunda no Regulamento de Contratação de Obras Públicas do Estado, associada

à criação de clusters de cooperação empresarial.

“O próprio Regulamento de Contratação das Obras Públicas do Estado também deve conter ele próprio as questões de conteúdo local. Tem que se fazer uma alteração legislativa nesse sentido. Quando se fizer, o Estado ainda é o maior consumidor, e isso vai alavancar de facto que essas pequenas empresas possam começar a ter um bocadinho mais de recur-

assegurando incentivos à formalização e canalizando as compras do Estado para a produção nacional.

Em última análise, a capacidade de o Executivo rever o ISPC, regulamentar o conteúdo local nas obras públicas e estancar a crise de divisas ditará se o tecido empresarial moçambicano conseguirá retomar o crescimento e garantir a sustentabilidade das finanças públicas nos próximos anos.